

Carlos A. Brochado de Almeida *

O Cultivo da vinha durante a Antiguidade Clássica na Região Demarcada do Douro. Ponto da situação

Remonta à conquista romana a altura em que a região do Alto Douro se tornou em território capaz de produzir trigo, azeite e vinho, os produtos que desde a sua origem fazem parte da trilogia agrícola mediterrânica. Os segundos, mais que o primeiro, encontraram na acidentada geografia da região e num clima em que aos estios secos e prolongados se sucedem invernos curtos e de certo modo amenizados um fértil campo de ensaio e de desenvolvimento. Não é por acaso que o azeite duriense prima pela excelência do seu paladar e pelo baixo teor de acidez e que o vinho viria a acumular, ao longo dos séculos, razões suficientes para que a Região Demarcada viesse a corporizar a ideia que os vinhos produzidos nas escarpas das linhas de água duriense ultrapassavam o mero quadro do consagrado «Vinho do Porto», que os naturais, mui justamente, teimam em apelidar de «vinho generoso».

O vinho é o produto final de um longo processo que se inicia com a escolha e plantio das vides. Hoje são processos quase integralmente mecanizados, mas tempos houve, recentes ainda, em que o factor humano, mais que necessário, era fundamental. A força braçal amenizou encostas, derrubou colinas, transformou ecossistemas, humanizou montes e vales, ergueu muros e preparou geios, plantou as videiras mais capazes de aguentarem a agressividade climatérica que ciclicamente atinge a região, com realce para as trovoadas, por vezes seguidas de destruidoras tempestades de granizo.

Testemunhos directos sobre o plantio da oliveira e do vinhedo no decurso da Idade do Ferro não há (Lemos, 1993: 457) e mesmo para a época romana, só por via indirecta o poderemos afirmar (Almeida, 1992-1993: 229-261). A solução para

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenador da linha de investigação em História Antiga do GEHVID.

esta ausência informativa poderia ser parcialmente suprida com estudos de antracologia, mas à imagem do que acontece no restante território nacional, também aqui, nesta região, não há estudos deste tipo, como se desconhecem outros de carácter polínico ou os que incidam sobre as grainhas, sejam elas fossilizadas ou não. Os únicos estudos que timidamente têm vindo a abrir caminho no vasto manancial que é a história da vinha na região duriense são os que têm incidido sobre os lagares, nem todos eles romanos, cavados nos rochedos que bordejam ou se disseminam na vastidão dos actuais vinhedos (Almeida, 1992-1993; Coixão, 1996).

Na vasta bibliografia que se tem vindo a produzir na e sobre a região, não encontramos nenhuma informação credível que nos coloque na pista da origem do cultivo da vinha nesta região, embora saibamos, que mais a Norte, no «Buraco da Pala» (Mirandela), se documentam, já no Calcolítico, grainhas de presumível *vitis vinifera*¹.

Se a presença de elementos do género *vitis* na região de Mirandela-Murça é um dado interessante, ele não é novo no contexto nacional, pois grainhas da *vitis silvestris* documentam-se em lignitos do Plotitécnico Superior da freguesia de Marrazes, concelho de Leiria (Teixeira, 1945: 43) em tufos do Antropozóico Antigo recolhidos em Condeixa (Chofat, 1985). Temporalmente mais próximas de nós, da Idade do Ferro, são as grainhas recolhidas no castro de Penices (Vila Nova de Famalicão)². Os estudos que sobre elas virão a incidir acabarão certamente por determinar se provêm de espécies silvestres ou das cultiváveis, após longos processos de melhoramento.

Questionáveis continuarão hipóteses como se as uvas eram somente comestíveis ou se já eram utilizadas no fabrico do vinho. São obviamente perguntas que continuarão sem resposta, enquanto a investigação não avançar, sobretudo a arqueológica, aquela que à partida será capaz de fornecer os elementos necessários para que outras ciências possam ajudar à compreensão do problema.

Desconhecida a realidade arqueológica da Idade do Ferro por falta de intervenções arqueológicas nesta área – o Castelo Velho de Freixo de Numão tem uma cronologia mais recuada (Jorge, 1995; Botelho, 1996) – não tem melhor sorte a da época romana. Sande Lemos na sua tese de doutoramento sobre o povoamento de Trás-os-Montes Oriental (Lemos, 1993: 455-457) admitia que no final da cultura castreja tivessem sido introduzidas novas plantas entre as quais o castanheiro. Como lhe faltasse a comprovação efectiva, socorreu-se dos estudos elaborados para a Galiza Ocidental e Oriental, onde esta espécie aparece documentada em estratos castrejos, já romanizados (Aira Rodriguez et alii, 1989). Mas, como entre

¹ Agradecemos a informação à Prof. Dr^a. Maria de Jesus Sanches.

² Agradecemos a informação ao Dr. Francisco Queiroga.

as novas espécies não estava explícita a vinha nem a oliveira, o autor acabaria por admitir a possibilidade de as *villae* da Terra Quente e do Planalto de Alijó, ao instalarem-se em locais de discutível aptidão agrícola, o fizessem porque aí vinhedos e oliveiras haviam encontrado sítios abrigados e microclimas apropriados ao seu desenvolvimento (Lemos, 1993: 457).

Se as provas arqueológicas se resumem a escassos vestígios materiais, mormente os lagares que apresentam um difícil enquadramento cronológico devido à perduração de uma tipologia mais ou menos uniforme até ao advento do século XX, restar-nos-iam as provas documentais caso elas existissem para a região. Na sua falta, restam-nos as de carácter mais geral, aquelas que foram produzidas pelos autores romanos para a Península Ibérica, na esperança que possam, de certo modo, aplicar-se a esta região.

Nunca será demais lembrar que a única referência escrita que menciona, não o plantio, mas o consumo de vinho pelos povos do Norte da Península Ibérica, advém-nos de Estrabão, que, na sua Geografia, o expõe da seguinte maneira: «todos os habitantes da montanha são sóbrios: não bebem senão água, dormem no chão... bebem zythos e o vinho, que escasseia, quando o obtêm, consomem-no de seguida nos grandes festins familiares» (Estrabão, III: 3, 7).

Esta observação do autor grego, que escreveu no reinado de Augusto, havia de servir para que se afirmasse (Schulten, 1952: 215) que não se produzia vinho no Norte da Península Ibérica e o que aí havia provinha da região mediterrânica através do comércio com os gregos. Opinião mais ou menos coincidente com esta têm M. Pastor, J. M. Blázquez, Caro Baroja e Lomas Salmonte. Para o primeiro, o plantio da vinha só ocorreu com a chegada dos romanos. Antes da sua chegada, o que havia era pouco e provinha do comércio (M. Pastor, 1977: 235). Por sua vez, J. M. Blázquez, apoiando-se nos restos de ânforas do câmbio da Era encontradas nos povoados castrejos, aceitava que o vinho bebido na *Galaecia* tinha origem itálica (Blázquez, 1978: 66-88). Mais taxativos têm sido, todavia, aqueles para quem o vinho, presente na área nortenha, provinha tão somente das pilhagens que os «Povos do Norte» normalmente faziam em paragens agricolamente mais férteis e desenvolvidas (Caro Baroja, 1977: 54; Lomas Salmonte, 1975: 76).

Posição algo diferente têm tido Taboada Chivite, A. Balil e Santos Yanguas. O primeiro, sem especificar os motivos, é de opinião que o cultivo da vinha havia chegado à área dos castros antes da chegada dos romanos (Taboada Chivite, 1977: 75). Posição pouco diferente, mas também ela difusa, teve A. Balil, para quem o cultivo da vinha, antes da vinda dos romanos, era uma actividade meramente circunstancial (Balil, 1975: 69).

À imagem de Balil, também Santos Yanguas defendia que vinho provinha das pilhagens, mas acrescentava, sem o comprovar, que na área dos castros haveria o cultivo da vinha, embora em escala limitada (Santos Yanguas, 1984: 506-507).

Se as fontes documentais são omissas para esta região, o mesmo não se poderá afirmar para a restante Península Ibérica, mais especificamente para a zona mediterrânica.

Começaram por ser escassas durante a época republicana e mesmo nos primeiros anos da ocupação romana (Giralt, 1985: 118-122), mas cedo começam a avolumar-se a pontos de, no Alto Império, conjuntamente com as fontes arqueológicas, demonstrarem que a vinha constituía a base económica de muitas explorações agrícolas de certas regiões da Península Ibérica (Giralt, 1985: 119). De tal situação se haviam feito eco Sílio Itálico (Púnica, I: 228-235), Estrabão (Geogr., III: 2, 6) e Columela (De Agric. Pref.: 20) que apontavam o vinho produzido na Bética como importante factor económico centrado na exportação. A estes podemos ainda juntar Políbio (34, 8,4), que menciona o vinho produzido na Lusitânia, Plínio o Velho (N.H. XIV: 71) e Marcial (26-VII e 53 XIII, 18) que fazem referências aos vinhos catalães.

Mas as informações acerca da viticultura na Ibéria Mediterrânica não se resumem somente ao vinho, elas estendem-se às videiras, aos cuidados postos no plantio e tratamento e às vindimas. Informações mais ou menos coincidentes poderemos colher em Varrão (De Rust. 1: 81; 1, 14, 4), que faz referência às vides que não necessitavam de apoios, em Columela (De Agric. III: 2, 19) e Plínio o Velho (Nat. Hist. XVII: 166, 170, 240) que mencionam videiras de diferentes tipos, tal como os cuidados que eram necessários para que elas se desenvolvessem, enfrentando as chuvas inverniais e a agressividade dos estios prolongados.

Em paralelo com a literatura haverá que especificar ainda os dados provenientes da arqueologia, que são especialmente significativos na área onde há uma maior concentração dos estabelecimentos romanos e especial ênfase para as *villae*. Os vestígios mais evidentes são as adegas e nestes os *torcularia* formados por peças amovíveis ou fixas. Eles estão bem patentes, por exemplo, na Fonte do Milho, na Régua (Cortez, 1951: 69), em S. Cucufate (Alarcão, 1979-1980: 272-274), em L'Aumedia (Ramón Palhares et alii, 1985: 17-31), em Sentromã (M. Curt et alii, 1985: 189-198), em Can Bosch de Basea (Catalunha), em La Cocosa (Badajoz), em Liédna (Navarra) ou em Manguarra e San José, província de Málaga (Giralt, 1985: 118-122), só para citar os casos mais conhecidos.

Locais de prensagem das uvas, vulgo lagaretas cavadas na rocha, documentam-se sobretudo no Norte de Portugal, no interior ou nas imediações de estações arqueológicas. Eles são menos vulgares no Minho – castro de S. Miguel o Anjo em Ázere (Arcos de Valdevez), castro de Carmona (Balugães), próximo do «castro agrícola» de Gondomil, junto a locais romanizados de Vitorino de Piães e da Facha (Ponte de Lima), na estação arqueológica do Castelo de Neiva (Viana do Castelo) – o que se entende, por não ter sido, primitivamente, uma grande zona produtora de vinho, mas aumentam extraordinariamente na Região Demarcada

do Douro, conforme o comprovam os levantamentos arqueológicos que já foram efectuados na zona do concelho de Alijó (Almeida, 1992-1993: 229-261) e, mais recentemente, no concelho de Vila Nova de Foz Côa (Coixão, 1996).

Mas, como nem só de lagares se alimenta a história da vinha, haverá que dizer que é de Mérida e de Vigo que se documentam duas das poucas epígrafes com simbologia vinária gravada. No primeiro caso trata-se de uma estela funerária representando um taberneiro tirando vinho de uma pipa (White, 1984). No segundo, o defunto empunha um ramo de videira (Blazquez, 1978: 56).

À falta de documentação literária, a história antiga do Alto Douro só é possível através da investigação arqueológica, seja ela de cariz embrionário ou sintetize já aspectos mais globalizantes, como são, por exemplo, as teses de doutoramento (Lemos, 1993).

Caso pretendamos realizar, nem que seja uma breve viagem pela bibliografia mais credível produzida sobre a região a Norte do Douro, deparamos com um Abade de Baçal que elaborou um exaustivo levantamento de vestígios arqueológicos na área do distrito de Bragança (Alves, 1934 e 1938) e com autores consagrados como Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1875: 175-176; 1896: 134-135) e Santos Júnior (Santos Júnior, 1977, 1978 e 1980) que apontaram achados vários ocorridos nas mais diversas latitudes do território transmontano e alto duriense.

Temáticas mais restritas, mas não menos importantes do ponto de vista científico, interessaram Pinho Brandão, Rui Centeno e António Mourinho. No caso do primeiro foram as estelas funerárias guardadas no Museu de Vila Flor que lhe captaram a atenção (Brandão, 1960: 37-44; 1962: 336-351), enquanto Rui Centeno se interessou pelos tesouros monetários que incluiu na sua tese de doutoramento (Centeno, 1987). Quanto a António Mourinho foram as epígrafes aparecidas no distrito de Bragança após o falecimento do Abade de Baçal que o fizeram desenvolver uma certa investigação, sem nunca perder de vista um outro amor, o estudo da viação romana no leste transmontano, corporizado na ponte sobre o Rio Tinhela e nas vias que serviam aquele território (Mourinho, 1973: 279-288; 1988: 3-34, 101-133).

O panorama a Sul do Douro não é muito diverso daquele que conhecemos na parte norte.

Se nos abstrairmos do recente levantamento arqueológico sobre o concelho de Vila Nova de Foz Côa (Coixão, 1996) e de um outro, mais geral, que sobretudo visou os achados considerados como romanos (Alarcão, 1986), todas as demais publicações são parcelares, já que somente se interessam pelas epígrafes ou por outro tipo de achados, normalmente conotados com o mundo romano. Neste grupo entram autores como Vasco Rodrigues, com importantes achegas para a localização e conhecimento de Lancobriga, da *Civitas Aravorum* e da capital dos Medobrigenses (Rodrigues, 1961 (1): 22-25; 1961 (2): 59-67; 1962: 319-325; 1993)

e Dinis Cabral, com significativas achegas histórico-arqueológicas sobre Castelo Calabre e a possibilidade de este local ter sido a sede de um bispado na época visigótica (Cabral, 1962: 138-158; 1963). Paralelamente, não poderemos descurar os contributos de Pinto Ferreira, de F. Curado e de Sá Coixão sobre a milenar importância arqueológica de Numão (Ferreira, 1968: 376-380; Curado, 1985: 15-16). Finalmente, o quadro ficará mais completo se mencionarmos os esforços de M. Maia em definir um certo tipo de povoamento de época romana, ao longo do vale do Rio Côa e seus afluentes (Maia, 1974-77: 209-213) e as recentes achegas que outros autores têm vindo a produzir sobre o templo romano de Almofala (Frade, 1991) e as muitas interpretações que *Centum Celas*, estação situada em Colmeal da Torre, concelho de Belmonte, tem suscitado nos mais diversos tipos de especialistas.

Identificada como templo, *mansio* e mesmo *pretorium* de acampamento romano (Belo, 1970: 35-55; Rodrigues, 1962: 319-325; Calais, 1984), recentemente foi enriquecida com uma outra interpretação – torre de uma *villa* romana, posteriormente aproveitada como atalaia na Idade Média (Alarcão, 1986: 65) – que, se não veio resolver o problema em definitivo, acabará por adensar ainda mais o enigma da sua primitiva utilidade.

Os estudos da antiguidade clássica desta região não ficariam completos se não dedicássemos algumas linhas à epigrafia, importante e diversificada, nesta multifacetada região. Em S. Pedro de Balsemão conhecem-se várias epígrafes (Vaz, 1982: 259-267), mesmo que daí não sejam todas oriundas (Alarcão, 1986: 52) e na igreja paroquial de Vila Nova de Foz Côa há uma ara dedicada a Júpiter (Brandão, 1960: 66-70), situação que se repete, por exemplo, em Coriscada, concelho da Meda. Neste caso específico a ara foi dedicada a Júpiter pelos *vicani* desta região (Curado, 1985: 6-7).

Sendo omissa a documentação escrita, caberá à arqueologia procurar os elementos considerados pertinentes e susceptíveis de se desfazerem ou clarificarem as dúvidas que se foram acumulando através dos anos. Caberá à arqueologia a missão de alargar o pequeno leque de conhecimentos que já existe sobre o cultivo e produção vinícola, após as pistas que nos transmitiram as pesquisas realizadas na Quinta da Ribeira, Tralhariz, concelho de Carraceda de Ansiães, na Quinta do Noval (Alijó), na Fonte do Milho (Peso da Régua) e mais recentemente no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

No primeiro caso, embora não tenham sido documentados vestígios que se possam expressamente conotar com o cultivo da vinha – se apareceram, não foram valorizados – eles certamente aparecerão logo que seja possível uma intervenção arqueológica em larga escala. O que até ao momento apareceu é suficiente para se poder falar da existência de uma *villa*, com um início que deverá remontar à época de Augusto (Gorges, 1979: 198) e uma localização de tal

maneira agreste para a prática agrícola que somente o vinho poderia levar ao estabelecimento de uma unidade de produção naquele local (Vasconcelos, 1899-1900: 198). Situação mais clara parece ser a de Vilarinho de Cotas, que inicialmente poderá ter sido um castro (Severo, 1905-1908: 263-269), mas que também poderá ter sido algo de semelhante à *villa* «fortificada» da Fonte do Milho. Só uma intervenção arqueológica mais alargada que aquela que foi efectuada por Ricardo Severo poderá desfazer tais dúvidas, como alargar os nossos conhecimentos sobre o fabrico do vinho, que a presença de cerâmica doliar e de restos de um lagar a estação já documenta (Almeida, 1996: 266-269).

A Fonte do Milho, esse é um caso bem mais paradigmático. As intervenções arqueológicas realizadas por Russel Cortez puseram a descoberto um notável conjunto de estruturas que têm suscitado interpretações, que vão de *castellum* (Cortez, 1951) a *villa* fortificada (Alarcão, 1986: 29). Abstraindo-nos destas posições, o que neste caso verdadeiramente nos interessa é que, para além de muita cerâmica doliar, se documenta um lagar ou *torcularium* (Cortez, 1951: 66-69) com analogias a outros documentados em *villas* romanas do centro e sul da Península Ibérica.

As intervenções que têm sido levadas a efeito, nos últimos anos, no concelho de Vila Nova de Foz Côa, têm permitido a Sá Coixão recolher elementos suficientes para que se fale num efectivo cultivo da vinha na época romana. A publicação dos resultados das escavações permitirão avaliar da importância que o vinho tinha para esta região bem como começar a estabelecer uma tipologia para os lagares que tiveram uso naquela altura.

Como já tivemos oportunidade de referir, em toda esta vasta bibliografia são escassas as referências ao cultivo da vinha e mesmo do azeite. Na maior parte dos casos, os autores limitaram-se a enumerar os achados, a equacionar certos aspectos interpretativos, sem no entanto aprofundarem linhas de investigação, ignorando, quase sempre, o povoamento e os aspectos económicos com ele relacionados. Em suma, ao grande manancial de achados, à vasta quantidade de estações arqueológicas com localizações mais ou menos precisas tem faltado uma investigação de síntese, mormente no campo do povoamento, bem como as possíveis implicações que este poderá ter tido no plantio e no cultivo da vinha. Este hiato, independentemente das intervenções arqueológicas que se possam vir a realizar, só será colmatado quando se elaborar uma lista das estações onde seja possível detectar fragmentos de grandes vasos doliar, de concretizar um corpus de lagares cavados que estejam situados no interior ou próximos de locais com vestígios romanos e de recolher o máximo de informes possíveis acerca da presença de ânforas vinárias na região em questão.

A elaboração de um catálogo de ânforas vinárias ajudará, nem que seja pela negativa, a detectar a ausência de importações e a cimentar a ideia que a região

se bastaria e que poderia, com toda a certeza, ter desenvolvido uma rede comercial que apostaria na exportação dos seus produtos, mormente no vinho, para as outras latitudes, a começar pelas regiões circunvizinhas.

BIBLIOGRAFIA

- AIRA RODRIGUEZ, Maria J.; SAÁ OTERO, P. ; TABOADA CASTRO, T. – *Estudios Paleobotánicos y Edafológicos en Yacimientos Arqueológicos de Galicia*, La Coruña, 1989.
- ALARCÃO, J. – *Escavações na Villa Luso-Romana de S. Cucufate*, «Humanitas», Coimbra, 31-32, 1979-1980, p. 272-274, il.
- ALARCÃO, J. – *Roman Portugal*, Warminster, 1996.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O Passado Arqueológico de Carlão – Alijó*, «Portugal», XIII-XIV, p. 229-261, il.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *Alguns Apontamentos sobre a Estação Arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó*, «Douro, Estudos & Documentos», nº 1, Porto, 1996, p. 266-269.
- ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 9, Porto, 1934.
- ALVES, Francisco Manuel – *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 10, 1938.
- BALIL, A. – *Historia Social y Económica. La España Antigua*, Madrid, 1975.
- BELO, A. Ricardo – *Algumas palavras sobre a Torre Centum Cellae de Belmonte*, Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia, II, Lisboa, 1970, p. 35-55.
- BLÁZQUEZ, J. M. – *Economía de Hispania Romana*, Bilbao, 1978.
- BOTELHO, Iva João da Silva Teles Morais – *Dos cacos e dos vasos. O Castelo Velho de Freixo de Numão na charneira do III/II milénio a.C.*, (policopiado), Dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, 1996.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Ara dedicada a Jupiter na Igreja de Vila Nova de Foz Côa*, «Humanitas», 11-12, 1959-60.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Estelas funerárias Luso-Romanas com inscrições latinas no Museu Municipal de Vila Flôr*, «Humanitas», Coimbra, 1960, p. 37-44.
- BRANDÃO, Domingos de Pinho; RODRIGUES, A. Vasco – *Missão de estudo arqueológico na região de Vilarça – Moncorvo*, «Studium Generale», 9 (1), Porto, 1962, p. 336-351.
- CABRAL, A. A. Dinis – *Algumas notas sobre o castro de Castelo Calabre, em Almendra*, «Studium Generale», 9 (1), 1962, p. 138-158, Coimbra.
- CABRAL, A. A. Dinis – *História da cidade de Calábria, em Almendra – Subsídios*, Porto, 1963.
- CALAIS, M. J. – *A geometria de Centum Cellas*, Covilhã, 1984.
- CARO BAROJA, J. – *Los Pueblos del Norte de la Península Ibérica*, San Sebastián, 1977.
- CENTENO, Rui M. S. – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto, 1987.
- CHOFAT, P. – *Note sur les tufs de Condeixa et la decouvert de l'hippopotame du Portugal*, Com. Dirc. Trab. Geológicos de Portugal, III, Lisboa, 1985.

- COIXÃO, António N. Sá – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Vila Nova de Foz Côa, 1996.
- COLUMELA – *De Agricultura*.
- CORTEZ, Fernando Russel – *As Escavações Arqueológicas do Castellum da Fonte do Milho*, Instituto do Vinho do Porto, 1951.
- CURADO, Fernando Patrício – *Inscrição rupestre de Numão (Vila Nova de Foz Côa)*, Ficheiro Epigráfico, 11, 1985.
- CURADO, Fernando Patrício – *Ara votiva de Coriscada (Meda)*, Ficheiro Epigráfico, 11, 1985.
- ESTRABÃO – *Geografia*, III.
- FERREIRA, J. A. Pinto – *Achado de uma pedra singular na estação arqueológica de Numão*, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 20 (3-4), 1967-68.
- FIGUEIRAL, ISABEL – *Buraco da Pala: um meio-ambiente vegetal explorado pelo homem. Resultados da análise antracológica, Palecologia e Arqueologia II*, Vila Nova de Famalicão, 13-29.
- FRADE, Helena – *O templo romano de Almofala*, Figueira de Castelo Rodrigo, 1991.
- GIRALT, Olga – *El Conreu de la Vinya a la Hispânia Romana*, Actes I Colloqui D'Arqueologia Romana, «El Vi a l'Antiguitat Economia Producció i Comerç al Mediterrani Occidental», Badalona, 1985, p. 118-122.
- GORGES, Jean-Gérard – *Les Villes Hispano-Romaines*, Paris, 1979.
- JORGE, Susana Oliveira – *Primeira Campanha de Escavações no Povoado Pré-Histórico de Castelo Velho (Freixo de Numão – Vila Nova de Foz Côa): Notícia Preliminar*, Actas do II Colóquio Arqueológico de Viseu, Viseu, 1995.
- LEMOS, Francisco de Sande – *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Un. Minho, Braga, 1993.
- LOMAS SALMONTE, F. J. – *Asturia Prerromana y Alto Imperial*, Sevilla, 1975.
- M. GURT, Josep; FERRANDO, Frederic – *La Villa de Sentromà (Tiana) i el Conreu de la Vinya. Valoració Aproximativa a la vista de les restes arqueològiques conservades*, El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció e Comerç al Mediterrani Occidental, Badalona, 1985, 189-198.
- MAIA, Manuel Maria da Fonseca Andrade – *Arqueologia romana no Riba Côa – o templo romano de Almofala*, Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia, II, Coimbra, 1971.
- MAIA, Manuel – *Vilas romanas do território interanniense*, AP, 3ª série, 7-9, 1974-77.
- MARCIAL – *Epigrama*.
- MOURINHO, António Maria – *Ponte Romana sobre o Rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no Nordeste Transmontano*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 279-288.
- MOURINHO, António Maria – *Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal*, 1947, «Brigantium», 6-7, Bragança, 1988, p. 3-34.
- PASTOR, M. – *Los Astures durante el Imperio Romano*, Oviedo, 1977.
- PLÍNIO – *Naturalis Historia*.
- RAMÓN PALLARÈS; GRÀCIA, Francesc; MUNILLA, Glória – *El desarrollo del comercio del vino en el curso inferior del Ebro entre los siglos IV a.C. y III d.C.*, El Vi a l'Antiguitat, Economia, Producció e Comerç al Mediterrani Occidental, Badalona, 1985, p. 17-31.

- RODRIGUES, Adriano Vasco – *O problema da localização de Longobriga*, «Lucerna», 1 (2), 1961.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Necrópole de Civitas Aravorum, Marialva – Meda*, «Lucerna», 1 (1), 1961.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Achados avulsos romanos*, «Lucerna», 2 (1-2), 1962.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *O templo romano de Almofala. Nova interpretação sobre o Casarão da Torre*, Beira Alta, 24 (4), 1965.
- RODRIGUES, Adriano Vasco – *Terras de Meda. Natureza e Cultura*, Meda, 1983.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Depósito de lápides luso romanas (Duas Igrejas – Miranda do Douro)*, TAE, 23 (1), Porto, 1977, p. 188.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Achados Arqueológicos em Vilarelhos (Alfândega da Fé)*, TAE, 23 (1), Porto, 1978, p.188.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Estação Arqueológica do Olival das Fragas, Quinta da Teresinha – Vilariga – Moncorvo*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 235-251.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *A estação Arqueológica de Vilarelhos e a cabeça de guerreiro lusitano*, TAE, 23 (2-3), Porto, 1978, p. 345-351.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *Necrópole do castro do Monte de Nossa Senhora dos Anúncios (Vilarelhos-Alfândega da Fé)*, TAE, 23 (4), Porto, 1980, p. 407-420.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *O Castelo dos Mouros, Castro do Monte S. Panho e a sua calçada de Alpajares (Freixo de Espada-à-Cinta)*, TAE, 23 (4), Porto, 1980, p. 373-391.
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos – *A derruída ou vila velha de Santa Cruz da Vilariga*, TAE, 24 (3), Porto, 1983, p. 538-548.
- SANTOS YANGUAS, N. – *La economía agropecuaria en las Asturias Castreña y Prerromana*, Boletín del Instituto de Estudios Asturianos, 112, Oviedo, 1987, p. 485-533.
- SCHULTEN, A. – *Geografía y etnografía antiguas de la Península Ibérica*, Madrid, 1959-63.
- SEVERO, Ricardo – *O Castro de Vilarinho de Cotas*, «Portugália», II, 1905-1908, p. 263-269.
- SILIO ITÁLICO – *Punica*.
- TABOADA CHIVITE, J. – *El aspecto agropecuario de la economía castreña*, Homenaje a Garcia y Bellido, III, Madrid, 1977, p. 71-83.
- TEIXEIRA, Carlos – *Subsídios para a História da Videira em Portugal*, Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles, XV, 9, 1945, p. 43.
- VARRÃO – *De re rustica*.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Museu Archeológico em Moncorvo*, AP, I, 1895, p. 175-176.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Inscrição romana de Moncorvo*, AP, 2, Lisboa, 1896, p. 134-135 e p.168-172.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *A Estação Romana da Ribeira (Tralhariz)*, AP, V, 1899-1900, p. 193-201.
- VASCONCELOS, J. Leite de – *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1905.
- VAZ, João Luís Inês – *Inscrições romanas de Balsemão (Lamego)*, Beira Alta, 41 (1), 1982.
- VAZ, João Luís Inês – *Inscrições romanas de Lamego*, Lamego, 1983.
- WHITE, K. D. – *Greek and Roman Technology*, London, 1984.